

A agricultura familiar camponesa em Mato Grosso para além dos números: resistência, contradições e tensões territoriais

Wagner Gervazio^{1*}; Alexandre de Azevedo Olival²; Adriana Cavalieri Sais¹; José Roberto Rambo²

¹ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

² Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

*Autor correspondente: wagnergervazioengagro@gmail.com

Resumo: No estado de Mato Grosso, a agricultura é frequentemente associada ao agronegócio e às grandes propriedades voltadas à produção de monoculturas. Entretanto, o estado também abriga uma expressiva diversidade de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Este estudo teve como objetivo caracterizar a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso, identificando quem são esses agricultores, onde estão localizados e quais atividades produtivas desenvolvem. A pesquisa baseou-se em dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em pesquisa bibliográfica realizada nas bases Google Scholar, SciELO e Web of Science. Os resultados evidenciam que a agricultura familiar camponesa no estado é constituída por diferentes grupos sociais, incluindo pequenos e médios produtores rurais, colonos, agricultores familiares, neorrurais, sem-terra, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Apesar de sua relevância para a produção de alimentos, a geração de renda, a conservação da biodiversidade e a manutenção da diversidade sociocultural, esse segmento enfrenta desafios relacionados ao acesso à assistência técnica e extensão rural, crédito, infraestrutura e tecnologias apropriadas. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura familiar camponesa depende da articulação entre os diferentes atores sociais e da implementação de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: agricultores familiares; assentados da reforma agrária; povos e comunidades tradicionais; atores da agricultura familiar camponesa

Abstract: In the state of Mato Grosso, agriculture is frequently associated with agribusiness and large farms focused on monoculture production. However, the state also is home to a significant diversity of family farmers, agrarian reform settlers, traditional peoples and communities, and indigenous peoples. This study aimed to characterize family farming in Mato Grosso, identifying who these farmers are, where they are located, and the productive activities they undertake. The research was based on secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA), and bibliographic research conducted in the Google Scholar, SciELO, and Web of Science databases. The results show that family farming in the state is comprises different social groups, including small and medium-sized rural producers, settlers, family farmers, neo-rural workers, landless people, agrarian reform settlers, traditional peoples and communities, and indigenous peoples. Despite its relevance to food production, income generation, biodiversity conservation, and the maintenance of sociocultural diversity, this segment faces challenges related to access to technical assistance and rural extension, credit, infrastructure, and appropriate technologies. The study concludes that strengthening family farming depends on the coordination between different social actors and the implementation of public policies capable of promoting sustainable rural development.

Keywords: family farmers; agrarian reform settlers; traditional peoples and communities; family farming stakeholders.

 [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2026.v29i1.684](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2026.v29i1.684)



Introdução

Estima-se que 570 milhões de agricultores sejam responsáveis pelo abastecimento global de alimentos, contribuindo com a maior parte da produção, especialmente em pequenas propriedades de países de baixa e média renda (Herrero et al., 2017). As pequenas propriedades ocupam até 80% das terras aráveis do mundo (Lowder et al., 2021), representando cerca de 98% de todos os agricultores (Graeub et al., 2015) e produzindo aproximadamente 80% dos alimentos consumidos globalmente (Garner; O Campos, 2014). Em escala mundial, propriedades menores que 50 hectares produzem entre 51% e 77% do volume dos principais grupos de alimentos para consumo humano, incluindo cereais, frutas, leguminosas, raízes, tubérculos e hortaliças (Herrero et al., 2017).

De acordo com Garner e O Campos (2014), diversos autores conceituaram a agricultura familiar ao longo do tempo. O termo agricultura familiar é uma expressão abrangente, que só pode ser utilizado analiticamente quando desagregado em suas múltiplas manifestações (Fuller et al., 2021). Embora não haja consenso universal sobre o conceito no mundo, muitas definições fazem referência a fatores relacionados à propriedade e gestão, ao uso da mão de obra e ao tamanho do estabelecimento (Lowder et al., 2014; Graeub et al., 2015). Entretanto, há um entendimento comum quanto ao papel central do trabalho familiar na produção, assim como à gestão exercida pela família (Garner; O Campos, 2014). Para a FAO, a agricultura familiar constitui um modo de organizar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, gerida e operada por uma família, que depende predominantemente da mão de obra familiar - tanto feminina quanto masculina (Garner; O Campos, 2014). Nesse sentido, a ONU proclamou o período de 2019 a 2029 como a Década da Agricultura Familiar.

No Brasil, a agricultura familiar abrange uma ampla diversidade de atores: agricultores descendentes de europeus no Sul, comunidades quilombolas, populações caipiras tradicionais, assentados da reforma agrária, colonos migrantes de outras regiões, posseiros, povos indígenas, ribeirinhos, entre outros (Medina et al., 2015). De acordo com a Lei nº 11.326/2006 e suas alterações, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos: i) possuir até quatro módulos fiscais; ii) utilizar predominantemente mão de obra da própria família; iii) ter a atividade agrícola e/ou pecuária como responsável por, no mínimo, metade da renda familiar; e iv) dirigir o estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Ainda segundo a legislação vigente, são reconhecidos como agricultores familiares os silvicultores; aquicultores; extrativistas que exerçam a atividade artesanalmente no meio rural; pescadores artesanais; povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais; e demais povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2006). Essa categorização da agricultura familiar no Brasil constitui uma definição geral, relativa e estabelecida pelo Estado (Rambo et al., 2016). Castro (2023) a delimita como um conceito operacional, o que possibilita a abertura para novas inclusões, reconhecidas a partir de reivindicações políticas de grupos sociais que se identificam como agricultores familiares e lutam (Caldart et al., 2012) por direitos e políticas públicas.



Retratos de Assentamentos

No campo político-ideológico, há um embate entre os termos campesinato e agricultura familiar. Para além do conceito estabelecido em lei, ambos podem ser compreendidos como equivalentes (Wanderley, 2015). Segundo a autora, apesar da heterogeneidade do espaço rural, situações concretas revelam a existência de produtores vinculados a famílias e grupos sociais que se estruturam em torno do patrimônio familiar e constroem modos de vida e de trabalho fundamentados em laços de parentesco e vizinhança. Neste artigo, adota-se o termo agricultura familiar camponesa (Petersen et al., 2009).

No campo acadêmico, a agricultura familiar camponesa é tratada como categoria analítica, correspondente a uma forma distinta de organização e gestão da produção, baseada em relações de trabalho entre membros da família (Caldart et al., 2012). Ploeg (2009) destaca a necessidade de analisar essa categoria considerando as diversas formas de interação com o mercado, uma vez que tais interações implicam diferentes estratégias de uso do solo e de manejo dos recursos naturais.

O espaço rural caracteriza-se pela pluriatividade e pela multifuncionalidade. Enquanto pluriatividade, a agricultura familiar camponesa combina mão de obra familiar agrícola e não agrícola, relacionada à manutenção do estabelecimento (Schneider, 2003). Como multifuncionalidade, o rural resulta das distintas formas de ocupação, exploração e vivência dos territórios pelos diversos atores sociais (Camargo; Oliveira, 2012). Apesar da heterogeneidade da agricultura familiar camponesa, Wanderley (2015) enfatiza que, em todas as situações concretas, observa-se a presença de produtores rurais vinculados a famílias e grupos sociais que constroem seus modos de vida e trabalho em torno do patrimônio familiar, reforçando os laços comunitários.

O estado de Mato Grosso constitui um dos exemplos mais emblemáticos da relação entre agricultura de grande escala, agricultura familiar camponesa, desenvolvimento da agricultura industrial e impactos socioambientais (Buschbacher et al., 2021). A representação predominante associa a agricultura mato-grossense a grandes propriedades produtoras de monoculturas - soja, milho, algodão e bovinos - destinadas à exportação e baseadas em tecnologia de ponta. Por outro lado, as comunidades rurais, os povos e comunidades tradicionais e os povos indígenas resistem e se reinventam em seus territórios, promovendo tanto a preservação dos recursos naturais quanto a manutenção de suas culturas (Souza; Zuquim, 2021).

Diante desse contexto, este artigo busca responder às seguintes perguntas: como se caracteriza a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso? Quem são e o que produzem os agricultores familiares do estado?

Essa categoria social é responsável por grande parte da produção dos alimentos consumidos diariamente pela população mato-grossense - especialmente frutas, verduras e lácteos, além de desempenhar papel relevante na geração de emprego e renda no meio rural (Abreu et al., 2021) e na preservação ambiental.

Assim, o objetivo deste artigo é caracterizar a agricultura familiar camponesa no estado de Mato Grosso, por meio da análise de dados secundários, e apresentar um panorama sobre quem são e onde estão os agricultores familiares.



Retratos de Assentamentos

Materiais e métodos

Coleta de dados

O presente estudo baseou-se exclusivamente em dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2002; Severino, 2007). Inicialmente, foram definidos os termos utilizados para a busca em bases de dados científicas e repositórios institucionais, a saber: "agricultores familiares", "assentamentos", "assentados", "sem-terra", "acampados", "povos e comunidades tradicionais", "povos indígenas" e "Mato Grosso".

A busca bibliográfica foi realizada nas bases *Google Scholar*, *SciELO* e *Web of Science*, visando identificar literatura científica relevante. Complementarmente, procedeu-se à pesquisa documental em sites oficiais do governo do Estado de Mato Grosso, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Foram ainda consultados relatórios técnicos de programas internacionais, com destaque para o diagnóstico de povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso, produzido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH* e o Grupo de Coordenação do Programa REM/MT (REDD *Early Movers*). Esse documento permitiu quantificar povos e comunidades tradicionais, bem como povos indígenas, em nível municipal.

No caso dos assentamentos rurais, os dados foram obtidos diretamente no site do INCRA, com base em informações atualizadas sobre número e distribuição por município. Já os dados sobre estabelecimentos de agricultura familiar foram extraídos do Censo Agropecuário 2017 (IBGE), disponível no SIDRA.

As informações coletadas foram sistematizadas em fichas de registro, o que facilitou a ordenação, comparação e integração das diferentes fontes durante a redação do trabalho.

Tabela 1 – Fontes de dados utilizadas no estudo.

Fonte / Instituição	Variáveis utilizadas	Ano(s) de referência	Nível de análise
INCRA - Sistema de Assentamentos	Número de assentamentos; localização geográfica; famílias assentadas	2017	Município
IBGE - Censo Agropecuário / SIDRA	Número de estabelecimentos; área total; área média;	2019	Estabelecimento / Município
Mitraud et al.	Quantificação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas por município	2021	Município
Bases bibliográficas (<i>Google Scholar</i> , <i>SciELO</i> , <i>Web of Science</i>)	Literatura científica sobre agricultura familiar camponesa, assentamentos, povos e comunidades tradicionais	2000-2023	Referência teórica
Governo do Estado de Mato Grosso - sites institucionais	Programas e políticas públicas para agricultura familiar camponesa	2022-2023	Estado / Município

Fonte: os autores.

Retratos de Assentamentos

É imperativo destacar que este estudo, por basear-se em dados secundários com defasagem temporal (em especial o Censo Agropecuário de 2017), oferece um retrato que pode não capturar a totalidade das dinâmicas recentes. A aceleração dos conflitos, as alterações nas políticas públicas e os impactos socioeconômicos de eventos recentes demandam pesquisas futuras com coleta de dados primários. Investigações etnográficas regionais, a atualização do perfil produtivo e a implementação de sistemas de monitoramento de conflitos são caminhos necessários para aprimorar o diagnóstico e subsidiar políticas públicas mais precisas e eficazes.

Análise de dados

A análise centrou-se na caracterização descritiva da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso, a partir do cruzamento de dados quantitativos e qualitativos disponíveis nas fontes consultadas. Para organizar os dados, foi construída uma planilha eletrônica (Microsoft Excel®), estruturada em quatro categorias principais: i) agricultores familiares; ii) assentados; iii) povos e comunidades tradicionais; iv) povos indígenas. Com base nessa sistematização, para representar a distribuição espacial da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso, foi elaborado um mapa temático. As informações sobre estabelecimentos da agricultura familiar camponesa, assentamentos da reforma agrária, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e terras indígenas foram integradas e processadas em linguagem Python, possibilitando a espacialização desses grupos no território estadual.

Resultados

Agricultura familiar camponesa do estado de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso abriga três ecossistemas principais que o diferenciam de todos os demais estados brasileiros: o Pantanal (10% da área), a maior planície inundável do mundo, localizada ao sul; o Cerrado, conhecido como a savana brasileira; e as florestas (50% da área), que incluem tanto a floresta amazônica quanto a vegetação de transição entre Cerrado e Amazônia, situadas no centro-norte (Repórter Brasil, 2010). Nessa paisagem de grande beleza cênica, o público da agricultura familiar camponesa é marcado por ampla diversidade.

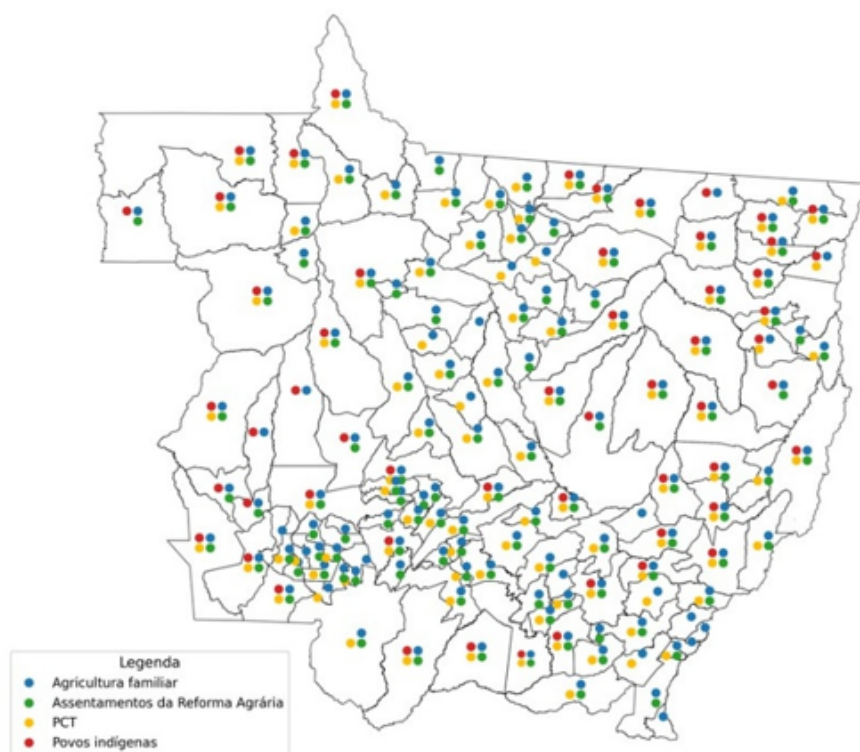
Mato Grosso constitui-se como um verdadeiro mosaico cultural de identidades, configurando-se entre os estados brasileiros com maior diversidade sociocultural (Silva; Sato, 2010). Segundo o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE), são consideradas populações do campo: acampados, arrendatários, assalariados rurais, assentados, comunidades camponesas, comunidades negras rurais, meeiros, agricultores, extrativistas, pescadores, posseiros, povos das florestas, reassentados, atingidos por barragens, ribeirinhos, comunidades tradicionais, vilas rurais, agrovilas e outros grupos que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (CEE/MT, 2013).



Nesse sentido, o público da agricultura familiar camponesa engloba não apenas pequenos e médios proprietários rurais (colonos), trabalhadores sem-terra, assentados da reforma agrária, neorrurais e agricultores familiares, mas também povos e comunidades tradicionais (PCTs) e povos indígenas. A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos assentamentos da reforma agrária, dos projetos de assentamento (PA), das comunidades e povos tradicionais (PCT) e das terras indígenas no estado de Mato Grosso. Observa-se uma ampla dispersão desses territórios por todo o estado, com maior concentração de assentamentos e projetos de reforma agrária nas regiões centro-sul e sudeste, enquanto as terras indígenas apresentam distribuição mais expressiva nas regiões norte e noroeste. As comunidades e povos tradicionais também se distribuem em diferentes áreas do território mato-grossense, frequentemente em proximidade com assentamentos e terras indígenas, evidenciando a diversidade socioterritorial do estado. Essa configuração demonstra a coexistência de diferentes formas de ocupação e uso da terra, ressaltando a importância dessas populações para a conservação da biodiversidade, a produção de alimentos e a manutenção dos modos de vida tradicionais, além de indicar a necessidade de políticas públicas territorialmente integradas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

O neorruralismo, a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura são conceitos utilizados por estudiosos para explicar as diversas funções e representações que o mundo rural adquiriu em decorrência do movimento histórico e da rede complexa de atores que se constituíram nas sociedades rurais contemporâneas (Pafunda, 2016).

Figura 1 – Diversidade de agricultores que compõem a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso



Fonte: elaborado pelos autores.



Retratos de Assentamentos

Entretanto, como observam Silva e Sato (2010), muitos desses grupos sociais ainda permanecem invisíveis ou pouco conhecidos. Os camponeses e camponesas, por sua vez, integram um sistema de produção caracterizado por elementos específicos. A terra, a família e a comunidade são as unidades básicas de interação social no campesinato. Essa população vive no campo não de forma isolada, mas em constante relação com parentes e vizinhos, deslocando-se para as cidades, interagindo com outros ambientes e estabelecendo vínculos com diferentes configurações sociais.

Agricultores familiares e camponeses

Consideramos, neste trabalho, como agricultores familiares aqueles que possuem pequenas e médias propriedades rurais, adquiridas por compra ou herdadas de familiares, seja no período de ocupação do estado por migrantes e colonos, seja em outros períodos, incluindo também aqueles que, oriundos da cidade, optaram por viver no campo - os chamados neorrurais (Giuliani, 1990).

Neste artigo, colonos são definidos como agricultores familiares que adquiriram terras por meio da compra no período de colonização do estado, assim como aqueles que migraram mais recentemente para Mato Grosso. Em geral, trata-se de descendentes de colonos europeus que ocuparam o Sul do Brasil e que, em um processo contínuo de busca pela posse da terra, transferiram suas expectativas para Mato Grosso (Rosa et al., 2003).

Os projetos de colonização, executados majoritariamente por empresas privadas, desencadearam intenso fluxo migratório para Mato Grosso e Rondônia (Altafin, 2007). O Estado brasileiro também fomentou a expansão da fronteira agrícola, investindo em infraestrutura e serviços voltados principalmente à instalação de médias e grandes propriedades nas regiões Centro-Oeste e Norte (Rocha, 1992). Esse processo resultou na formação de um novo segmento de colonos, agricultores de base familiar, em sua maioria sulistas de origem europeia, tecnificados e integrados ao mercado (Altafin, 2007). A ocupação dos territórios mato-grossenses foi intensificada durante o regime militar, a partir da segunda metade do século XX, quando se iniciou a abertura da nova fronteira agropecuária em direção ao Cerrado e à Floresta Amazônica (Silva; Sato, 2010).

Além desse contingente migratório, Mato Grosso também recebeu populações vindas de diversos estados brasileiros, em especial da região Nordeste. Importa ressaltar que os povos originários já habitavam o território muito antes do processo de colonização. Ao longo de milênios, desenvolveram formas próprias de viver e trabalhar a terra, de se organizar socialmente e de construir culturas plenamente adaptadas ao meio ambiente, em equilíbrio com os recursos naturais (CIMI, 1987).

Atualmente, Mato Grosso possui 118.679 estabelecimentos rurais, dos quais 81.635 (69%) pertencem à agricultura familiar camponesa (IBGE, 2019). Os municípios de Colniza, Cáceres e Juína concentram o maior número de agricultores familiares. Essa categoria social está presente em todos os 141 municípios do estado, com maior predominância nas regiões extremo norte, noroeste e sul (Pantanal e áreas adjacentes).



Retratos de Assentamentos

Apesar de representarem quase 70% dos estabelecimentos, esses agricultores ocupam apenas 9,43% da área total destinada à agropecuária em Mato Grosso. Entre os estabelecimentos familiares, cerca de 80% possuem área de até 100 hectares (Abreu et al., 2021): destes, 54% concentram-se entre 20 e 100 hectares, enquanto 26% ocupam áreas de até 20 hectares. O módulo fiscal no estado varia entre 60 e 100 hectares, a depender da região, com exceção da capital Cuiabá, onde corresponde a 30 hectares.

As principais cadeias socioprodutivas desenvolvidas pelos agricultores familiares e camponeses incluem: leite; piscicultura; frutas, legumes e verduras; mandioca; apicultura; sistemas agroflorestais (SAFs); avicultura; e grãos (arroz, feijão e milho) (EMBRAPA, 2014). Em termos de produção vegetal, predominam a horticultura e a floricultura, destacando-se culturas como alface, cebolinha, couve, coentro e batata-doce. Mais de 90% dos agricultores familiares cultivam mandioca, frutas e praticam a pecuária de leite (EMBRAPA, 2014).

O número de estabelecimentos familiares com agroindústrias é de 6.088, a maioria em propriedades de 20 a 100 hectares. Os principais produtos processados são queijo e requeijão, seguidos de carne (de diversas espécies), farinha de mandioca, doces e geleias. Destaca-se também a industrialização do pequi, da castanha-do-Brasil e do babaçu (IBGE, 2019).

No total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar camponesa responde por 51%. Apenas nos estabelecimentos familiares, são 215.693 trabalhadores, dos quais 64% são homens. A atividade que mais emprega é a pecuária e produção de outros animais (76%), seguida pela produção de lavouras temporárias (15%).

Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE) demonstram o potencial produtivo e econômico da agricultura familiar camponesa, destacando sua relevância para a produção de alimentos, a geração de renda e a criação de postos de trabalho no campo (Abreu et al., 2021). O PIB da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso é estimado em R\$ 16 bilhões anuais (SINTERP, 2020).

Sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária

Em Mato Grosso, a luta organizada pela terra, na forma de movimentos sociais, teve início apenas em meados da década de 1990, com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao estado, em 1994, e a realização da primeira ocupação em Pedra Preta, em 1995 (Fernandes, 2000). Os assentamentos rurais constituem um conjunto de unidades agrícolas implantadas pelo Incra ou por institutos estaduais de terras, em imóveis rurais reivindicados por organizações e movimentos sociais. Foi por meio das lutas sociais pelo acesso à terra, protagonizadas por trabalhadores do campo, aliadas à atuação do Incra, que se consolidou o processo de criação dos assentamentos em Mato Grosso (Silva et al., 2012).



Retratos de Assentamentos

Atualmente, o estado conta com 556 assentamentos rurais, abrangendo 138.562 beneficiários (SR/MT, 2025), distribuídos em 125 municípios. Desse total, 394 correspondem a Projetos de Assentamento Federais (PA); 15 a Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS); 19 a Projetos de Assentamento Casulo (PCA); 4 a Projetos de Assentamento Rápido (PAR); e 2 ao Programa de Consolidação de Assentamentos (PAC Regional), todos de responsabilidade do governo federal. Há ainda 122 Projetos de Assentamento Estaduais (PE), sob responsabilidade do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT, 2024). Juntos, os assentamentos ocupam 6.048.949 hectares, o que corresponde a 6,7% do território estadual (INCRA, 2017). Esses assentamentos concentram-se principalmente no bioma Amazônia e na região do Alto Paraguai, que inclui o Pantanal e suas áreas adjacentes (Girardi, 2016).

Segundo dados do MST (2024), existem aproximadamente 450 famílias acampadas em cinco localidades no estado. Essas famílias vivem, muitas vezes por anos, em condições precárias, em barracos de lona às margens de estradas, sem acesso a direitos básicos e em situação de vulnerabilidade. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha ainda três acampamentos autônomos que se organizam em defesa da reforma agrária. De modo geral, as ocupações de terra em Mato Grosso concentram-se nas regiões mais populosas e de ocupação consolidada (Girardi, 2016).

Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), instituída pelo Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, define os PCTs como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social e ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, valendo-se de conhecimentos, inovações e práticas transmitidos pela tradição. Existe um arcabouço normativo sobre os PCTs em diferentes esferas: internacional, nacional e estadual. No âmbito internacional, o principal marco de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais é o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 (Brasil, 2004).

Entre os PCTs estão quilombolas, povos indígenas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos associados a rios e mares (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varieiros, jangadeiros, marisqueiros), além de comunidades vinculadas a ecossistemas específicos, como pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, raizeiros e chapadeiros (Mitraud et al., 2021). Esses grupos compartilham características comuns, como a forte relação com a natureza e o território, uma racionalidade econômico-produtiva própria, interações específicas com outros grupos da região e a autoidentificação (Little, 2006; Diegues, 2000; Barretto Filho, 2006).

Os povos tradicionais exercem uma lógica de reciprocidade com a terra, o território e as demais formas de vida (Spamer, 2017). Seus modos de vida envolvem tanto práticas materiais, como o cultivo de alimentos, quanto dimensões imateriais (Thum, 2017). A perma-



Retratos de Assentamentos

nência nos territórios e o acesso à terra são condições essenciais para a reprodução da vida e da cultura (Rocha; Favilla, 2015). Povos e comunidades tradicionais dedicados ao extrativismo, ao artesanato, à pesca e à agricultura de base familiar desenvolveram estratégias de sobrevivência associadas ao uso sustentável dos bens da natureza (Pacheco, 2022). Esse modo de vida, transmitido de geração em geração, envolve profundo conhecimento sobre os ecossistemas, resultante da intensa interação entre populações e ambientes (Souza; Amaral, 2015).

Os principais produtos agroextrativistas dos PCTs incluem mandioca, banana, leite e cana-de-açúcar. Além disso, há produção de artesanato, frutas, grãos, hortaliças, animais e produtos da sociobiodiversidade, como mel, cumbaru, bocaiuva, babaçu, pequi, mangaba, copaíba, castanha-do-brasil, poaia e borracha (Mitraud et al., 2021). Estudos mostram a importância das comunidades tradicionais na conservação da agrobiodiversidade on farm, pela riqueza e diversidade de espécies cultivadas e manejadas (Oler; Amorozo, 2017).

Em Mato Grosso, os PCTs estão presentes em aproximadamente 70% dos 141 municípios, totalizando 238 comunidades tradicionais (REM/MT, 2023). A maioria concentra-se na região sul e centro-sul, sobretudo na Baixada Cuiabana (Mitraud et al., 2021). Dos municípios, 50 possuem apenas um segmento de PCTs, enquanto outro abriga sete segmentos distintos; os demais possuem entre dois e seis. Entre os segmentos identificados estão quilombolas; ribeirinhos e pescadores artesanais; extrativistas (incluindo seringueiros); povos de terreiro (e raizeiras); retireiros e retireiras do Araguaia; pantaneiros; e morroquianos. Os mais amplamente distribuídos são os extrativistas e pescadores/ribeirinhos (Mitraud et al., 2021). Segundo o CADÚnico de 2017, Mato Grosso possuía 3.672 famílias autodeclaradas como pertencentes a comunidades tradicionais.

O segmento quilombola reúne 1.973 famílias, distribuídas em 71 comunidades (Mitraud et al., 2021). Esses grupos, reconhecidos como étnico-raciais por critérios de autodefinição, possuem trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e ancestralidade negra vinculada à resistência frente à opressão (Brasil, 2003). Estão presentes em 13 municípios, principalmente nas regiões sul e centro-sul. Poconé concentra o maior número de comunidades certificadas, com 29 (Fundação Palmares, 2022). A produção quilombola é diversificada e voltada sobretudo à subsistência, com cultivo de mandioca, frutas em quintais, criação de pequenos animais e práticas agrícolas de roça de toco e capoeira, sem uso de agrotóxicos, transmitidas por gerações e alinhadas à agroecologia (Duarte; Pasa, 2016; Souza; Zuquim, 2021).

Os ribeirinhos somam 240 famílias e os pescadores artesanais, 1.192 famílias, distribuídas em 70 municípios, com concentração no centro-sul (Mitraud et al., 2021). Vivem às margens dos rios e dependem da pesca artesanal para subsistência (Arruda et al., 2014). Também praticam agricultura de subsistência, cultivo de hortaliças, frutas e raízes, além de extrativismo vegetal. O conhecimento tradicional transmitido pelos pescadores artesanais abrange flora, fauna, uso de plantas medicinais, dinâmica das águas e ciclos naturais (Ribeiro et al., 2017; Costa; Silva, 2021).



Os extrativistas e seringueiros totalizam 209 famílias, distribuídas em 36 municípios, concentradas no norte e noroeste do estado (Mitraud et al., 2021). O principal produto é a castanha-do-brasil, embora também colem plantas medicinais, óleos, resinas, madeiras e látex (Drummond, 1996). Mato Grosso possui apenas uma reserva extrativista reconhecida: a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, onde a comunidade sobrevive da coleta de castanha, óleo de copaíba e borracha (FEMA/MT, 2002).

Os povos de terreiro, compostos por raizeiras, benzedeiros, parteiras e outros, reúnem cerca de 30 famílias em 19 municípios, principalmente no Sul e Centro-sul do estado (Mitraud et al., 2021). São grupos de matriz africana que perpetuam tradições religiosas e culturais, com forte vínculo com a natureza e a biodiversidade (Oliveira; Guimarães, 2020). Além das práticas religiosas, desenvolvem hortas, viveiros de mudas, cultivo de plantas medicinais e sagradas, além de artesanato (Mitraud et al., 2021).

Os retireiros do Araguaia, presentes em quatro municípios, vivem às margens do rio e desenvolvem sistemas tradicionais de pastoreio associados ao regime de cheias e vazantes (Silva; Sato, 2010). Sua identidade está profundamente ligada ao rio e ao território (Sales, 2018). Já os pantaneiros, cerca de 100 famílias em oito municípios, vivem na maior planície alagada do mundo, praticando pesca artesanal e agricultura de subsistência, transmitindo saberes ecológicos de geração em geração (Mitraud et al., 2021; Egger et al., 2020).

Por fim, os morroquianos, agricultores familiares que vivem na Morraria, região próxima à Serra das Araras (Cáceres), estão organizados em cerca de 70 comunidades, espalhadas em quatro municípios (Mitraud et al., 2021). Praticam agricultura de subsistência em pequenas "chacras" de até 1,2 ha, cultivam mandioca, algodão, produzem farinha e rapadura, além de redes artesanais. Mantêm práticas de extrativismo e manejo diversificado, combinando saberes tradicionais e observação direta do ambiente (Vieira et al., 2016; Silva; Sato, 2010).

Povos indígenas

Os povos indígenas representam um grupo altamente significativo da diversidade sociocultural de Mato Grosso (Silva; Sato, 2010). O estado abriga o segundo maior número de povos indígenas do país (Ribeiro et al., 2017), distribuídos em 55 municípios, com maior concentração nas regiões sudeste e nordeste. Atualmente, existem 43 povos indígenas, falantes de 35 línguas distintas, além de cerca de nove povos isolados (Lima et al., 2022). Segundo a FUNAI, esses povos ocupam 79 Terras Indígenas (TIs), das quais 69 possuem reconhecimento jurídico formal e outras 10 ainda estão em estudo (Mitraud et al., 2021), abrangendo uma área de 150.433 km² e totalizando mais de 48,5 mil indígenas (Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde Indígena, 2023). Esse número não inclui os indígenas de Mato Grosso atendidos pelo DSEI Vilhena/RO, que atua em parte do território estadual. Considerando-se esses números, a população indígena do estado perde em representatividade apenas para a do Amazonas.

O sistema agrícola mais comum entre os povos indígenas é a roça de toco, também conhecida como pousio, roça itinerante ou coivara, que consiste em derrubar e queimar a vegetação para cultivar produtos agrícolas, atividade realizada individualmente pela família ou



Retratos de Assentamentos

de forma comunitária (Beltz, 2012). A maioria dos grupos indígenas brasileiros pratica essa forma tradicional de agricultura (Maciel, 2010), com exceção do grupo Haliti-Parecis, dos municípios de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Tangará da Serra, especializado na produção de soja em larga escala (Globo Rural, 2019).

Geralmente, nas proximidades das casas, os indígenas cultivam frutas, cana-de-açúcar e cabaça. Nas roças de toco, as culturas predominantes incluem mandioca, batata-doce, inhame, araruta, milho, banana, abóbora, amendoim, abacaxi, entre outras (Maciel, 2010). A agricultura tradicional indígena resulta da integração de conhecimentos variados, envolvendo múltiplas formas de relação com o ambiente, organização social e práticas comunitárias (Iepé, 2016). A escolha do local para a roça é contínua, baseada em áreas já utilizadas por gerações anteriores (Rocha, 2018).

As etapas de preparo das roças de toco diferem significativamente entre as etnias, refletindo crenças, mitos e rituais próprios de cada grupo (Beltz, 2012). Os métodos agrícolas indígenas promovem uma interação harmoniosa com o meio ambiente (Rocha, 2018). Nesse sistema, os homens se responsabilizam pela caça, derrubada preparatória da roça e confecção de instrumentos de caça, enquanto as mulheres cuidam do plantio, manutenção e colheita da roça, além de coletar produtos silvestres, cozinhar e buscar água (Maciel, 2010).

A agricultura indígena abrange não apenas o cultivo de alimentos como mandioca e milho, mas também plantas destinadas a fins cerimoniais (como urucum e fumo) e à produção de bens artesanais, como cabaças e algodão (Isa, 2018). Na Amazônia mato-grossense, a mandioca brava é a cultura principal, utilizada para produzir farinha, beijus, mingaus e bebidas (Iepé, 2016). No Alto Xingu, as roças são cultivadas pelas famílias nucleares, com apoio do grupo doméstico e sob coordenação do líder, denominado “dono da casa” (Isa, 2018). Para os povos indígenas, a roça possui também um significado espiritual, sendo considerada um local sagrado que fornece alimentos (Rocha, 2018).

A agricultura indígena é fundamental para a conservação in situ de espécies vegetais. Por exemplo, os Kayabi do Baixo Teles Pires cultivam 13 espécies agrícolas com 66 variedades, destacando-se a mandioca (10 variedades), milho (8), banana (7) e amendoim (7) (Rocha, 2018). As Terras Indígenas de Mato Grosso funcionam como verdadeiras ilhas de conservação em meio a diversas formas de ocupação e atividades produtivas. Essas terras apresentam baixo índice de desmatamento, atuando como barreiras à perda de vegetação nativa (Lima et al., 2022).

Atores sociais e instituições da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso

A agricultura familiar camponesa em Mato Grosso tem seu reconhecimento e fortalecimento mediado por um conjunto diverso de atores sociais, que se complementam na construção de práticas agrícolas e de um meio rural alternativo em um estado historicamente marcado por monoculturas. Esses atores incluem pessoas, instituições, movimentos sociais, associações, cooperativas, redes, ONGs, fóruns, federações e órgãos governamentais, todos comprometidos com a representação e promoção da agricultura familiar camponesa nos territórios do estado (Souza, 1991; Mitraud et al., 2021).



Retratos de Assentamentos

Destacam-se os movimentos sociais MST e MAB, que atuam na luta por acesso à terra e direitos rurais, e associações e cooperativas como UNICAFES, COOPERCENTRAL, COOPERNOVA e associações e cooperativas como UNICAFES, COOPERCENTRAL, COOPERNOVA e cooperativas vinculadas ao MST e a povos indígenas, como a COOPIHANAMA, voltada à produção exportável e à valorização da identidade étnica. Além disso, mais de 100 associações indígenas e 56 organizações de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) promovem articulação, produção e representação (Isa, 2018; Mitraud et al., 2021), enquanto fóruns e federações, como FEPOIMT, FETAGRI-MT, FORMAD e FTSANES, ampliam a incidência política desses grupos, sendo que a FETAGRI representa aproximadamente 500 mil trabalhadores rurais por meio de 125 sindicatos (FETAGRI, 2026).

Redes de cooperação, como RECOOPSOL, REPOAMA, RESOLBIO e redes de sementes, fortalecem práticas agroecológicas e a sociobiodiversidade (Mitraud et al., 2021). Organizações não governamentais, como Instituto Gaia, Icaracol, ICV, IOV, Kurâdomôdo, CTA, FASE/MT e CIMI, além de institutos indígenas, ampliam o suporte técnico, ambiental e social. Entre os órgãos governamentais, destacam-se SEAF, EMPAER, ICMBio, INCRA/MT, CONAB/SR-MT e universidades públicas (UNEMAT, UFMT, UFR), responsáveis por políticas de extensão, ensino, pesquisa e inclusão econômica, além da implementação dos sistemas SEIAF e SUSAF, voltados à agricultura familiar camponesa e agroindústria de pequeno porte.

O estado conta ainda com políticas e planos estruturantes, como o Plano Estadual de Agricultura Familiar, a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, PEATER, PROATER, PEAFA, SUSAF-MT, Política Estadual de Agroindústria Familiar, além de conselhos estaduais e municipais e datas comemorativas voltadas à valorização da agricultura familiar camponesa e dos PCTs (Isa, 2018; Mitraud et al., 2021). Por fim, a Igreja Católica, por meio da CPT, CIMI e líderes como Dom Pedro Casaldáliga, atua na defesa de direitos, monitoramento de conflitos, campanhas contra o trabalho escravo e apoio às comunidades camponesas, indígenas e PCTs, integrando dimensão ética, social e política ao desenvolvimento rural do estado.

As vulnerabilidades da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso

Em Mato Grosso, a agricultura familiar camponesa enfrenta múltiplas vulnerabilidades, entre as quais se destacam a expansão da monocultura de soja, o uso intensivo de agrotóxicos e a degradação do solo e das pastagens, fatores que dificultam a produção local (Wanderley, 2015; Iepé, 2016). A pulverização aérea de defensivos nas lavouras vizinhas preocupa os agricultores, uma vez que pode afetar suas propriedades e culturas (Weihs, 2020). Com o avanço das lavouras para o norte do estado, na região do bioma Amazônia, agricultores familiares em situação de vulnerabilidade são pressionados, com ou sem conflitos, a comercializar ou arrendar suas terras para grandes produtores (Fernández, 2007).

As mudanças climáticas globais representam outra ameaça significativa, tornando a agricultura familiar camponesa uma das atividades mais vulneráveis a variações de clima



Retratos de Assentamentos

e eventos extremos no Brasil (Tanure et al., 2024). Além disso, limitações no acesso à assistência técnica e extensão rural (ATER), crédito rural e serviços públicos de saúde e educação comprometem a capacidade produtiva das famílias, que muitas vezes precisam desenvolver atividades complementares para garantir renda (Cardoso et al., 2018; Oliveira et al., 2012). Abreu et al. (2021) identificaram que 87,49% das famílias de agricultores familiares em Mato Grosso não recebem serviços de ATER. Quando prestados, esses serviços concentram-se em crédito rural ou integração a cadeias produtivas, sem considerar a dimensão social da família, contrariando os princípios da PNATER (Moraes; Sant'Ana, 2022).

O acesso ao crédito, principalmente via PRONAF, permanece limitado devido à burocracia, dificuldade de acesso aos bancos e ausência de título de propriedade (Schinatto; Carrara, 2021). Apenas 15,91% dos estabelecimentos familiares obtêm crédito rural (Abreu et al., 2021), representando entre 3,73% e 6,70% do total de crédito rural oficial concedido no estado entre 2004 e 2017 (Campos et al., 2014; Araújo et al., 2020), valores bem abaixo da média nacional. O envelhecimento e a masculinização da população rural agravam essas vulnerabilidades, especialmente devido à migração da juventude em busca de educação e emprego urbano (Camarano; Abramovay, 1999; Froehlich et al., 2011). Em Mato Grosso, 83% dos estabelecimentos rurais são administrados por homens, sendo 62% destes com idade superior a 45 anos (IBGE, 2019).

Paralelamente, os povos indígenas e outras comunidades tradicionais enfrentam impactos históricos e contemporâneos decorrentes da expansão de projetos produtivos capitalistas, como monoculturas, pecuária e grandes empreendimentos hidrelétricos, que invadem e transformam seus territórios e modos de vida (Sales, 2018; Rosa, 2017). Esses povos lutam pela demarcação e proteção de suas terras, preservação ambiental, manutenção de suas culturas, modos de vida e locais sagrados, e resistem à contaminação por agrotóxicos, que afeta suas roças tradicionais (Silva; Sato, 2010; Iepé, 2016). Em algumas aldeias, a produção agrícola diminuiu ou foi abandonada em decorrência da influência de produtos industrializados e da inserção em atividades remuneradas, como parcerias para a lavoura mecanizada (Maciel, 2010).

A concentração fundiária, favorecida pela especulação e pela expansão de grandes propriedades, tem pressionado comunidades tradicionais, como os retireiros, restringindo seu acesso a áreas produtivas e de reprodução cultural (Sales, 2018; Egger et al., 2020). No Pantanal, conflitos ambientais e a ocupação por grandes projetos dificultam a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais. Frequentemente, o Estado não assegura os direitos sócio-territoriais desses povos, comprometendo a reprodução de seus modos de vida (Sales, 2018).

Dessa forma, tanto agricultores familiares quanto povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso enfrentam desafios estruturais semelhantes, como a pressão por terras, limitações de acesso a políticas públicas e serviços de assistência técnica, além de ameaças ambientais e socioeconômicas. A superação dessas vulnerabilidades depende da articulação entre políticas públicas, assistência técnica adequada, acesso a crédito e proteção dos direitos territoriais e culturais, integrando desenvolvimento produtivo e justiça social nos territórios rurais do estado.



Discussão

Os dados compilados neste estudo permitem ir além de uma mera caracterização quantitativa, revelando dinâmicas profundas de conflito, adaptação e resistência que definem o lugar da agricultura familiar camponesa no contexto mato-grossense. A análise à luz do referencial teórico e da realidade estadual evidencia um cenário de profunda contradição, onde a representação hegemônica do agronegócio é desafiada pela presença massiva, porém vulnerável, dos agricultores familiares e camponeses.

A narrativa dominante sobre Mato Grosso projeta uma paisagem homogênea e eficiente de *commodities* para exportação. Contudo, os dados desvelam um mosaico socioprodutivo complexo e multifuncional. Enquanto o agronegócio se especializa em monoculturas (soja, milho, algodão) em grandes propriedades, a agricultura familiar camponesa, que responde por 69% dos estabelecimentos, opera em uma lógica distinta, baseada na pluriatividade e na diversificação (Schneider, 2003; Wanderley, 2015). A produção de hortaliças, frutas, mandioca e leite, além da piscicultura e dos sistemas agroflorestais (SAFs), não é um mero complemento, mas a base da segurança alimentar regional e a materialização de modos de vida vinculados ao patrimônio familiar e a territórios específicos (Ploeg, 2009).

Essa diversidade produtiva, no entanto, é espacialmente estrangida. O fato de estes estabelecimentos ocuparem apenas 9,43% da área total é a expressão numérica da desigualdade fundiária que estrutura o campo mato-grossense. A concentração de terra nas mãos do agronegócio não é apenas um dado econômico, mas um mecanismo de poder que limita a expansão e a consolidação dos sistemas familiares, confinando-os a frações marginais do território, muitas vezes em áreas de preservação ou de menor aptidão agrícola para grandes cultivos.

A distribuição geográfica dos agricultores familiares, com maior predominância no extremo norte, noroeste e sul (Pantanal), não é aleatória. Ela desenha um mapa das fronteiras de expansão e resistência. As regiões norte e noroeste correspondem ao arco de avanço recente da soja sobre o bioma Amazônia, onde os estabelecimentos familiares, assentamentos e territórios indígenas se tornam as últimas barreiras à conversão total da paisagem em monocultura (Buschbacher et al., 2021). A pressão por arrendamento e compra de terras, a contaminação por agrotóxicos via pulverização aérea e os conflitos por água são a manifestação concreta desta sobreposição territorial conflituosa.

No Pantanal e na Baixada Cuiabana, a presença de uma multitude de PCTs (quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros) evidencia outra dimensão da tensão: o conflito entre diferentes racionalidades no uso dos recursos naturais. Enquanto o agronegócio no planalto altera o regime de chuvas e assoreia os rios que alimentam o Pantanal, as comunidades tradicionais dependem da integridade ecológica do ciclo das águas para sua reprodução física e cultural (Sales, 2018). A lógica do *commodity*, que busca maximizar o lucro por hectare, colide frontalmente com a lógica da reciprocidade e do manejo sustentável praticada por esses grupos (Diegues, 2000).



Retratos de Assentamentos

A "invisibilidade estatística" e política de segmentos como os PCTs e mesmo dos agricultores familiares em geral possui uma dupla interpretação. Por um lado, é um sinal de vulnerabilidade e desproteção, que se reflete no acesso precário a políticas públicas como ATER e PRONAF. A figura de 87,49% das famílias sem assistência técnica é sintomática de um Estado que prioriza a infraestrutura e o crédito para o grande capital agroexportador.

Por outro lado, esta mesma invisibilidade forjou estratégias de resiliência e autonomia. A agrobiodiversidade mantida *on farm* por comunidades quilombolas e indígenas (Oler; Amorozo, 2017), os conhecimentos tradicionais sobre sementes e manejo, e a forte organização comunitária são ativos que lhes permitem persistir frente à marginalização. A proliferação de redes de cooperação (RECOOPSOL, RESOLBIO), cooperativas (COOPIHANAMA) e fóruns (FEPOIMT, FORMAD) representa a construção de um contrapoder territorial e a emergência de um "campesinato contemporâneo" (Wanderley, 2015) que se reconhece e se articula para disputar projetos de desenvolvimento.

Portanto, caracterizar a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso é, na verdade, analisar o epicentro de uma disputa por diferentes projetos de país e de natureza. O estado não é apenas o "celeiro do mundo"; é também um palco de resistência camponesa e tradicional. Os dados mostram que, longe de ser um resquício do passado, a agricultura familiar camponesa é um setor dinâmico e complexo, cuja sustentabilidade de longo prazo está diretamente ameaçada pelo modelo hegemônico de desenvolvimento.

A superação das vulnerabilidades descritas não se dará apenas pela correção de falhas pontuais de mercado ou de política, mas por uma reorientação da governança territorial que reconheça e valorize a multifuncionalidade destes sistemas. Isso implica garantir direitos fundiários, proteger os territórios tradicionais da grilagem e da expansão predatória, e desenhar políticas que dialoguem com a heterogeneidade e as lógicas próprias desses grupos. O futuro socioambiental de Mato Grosso dependerá, em grande medida, de qual dessas forças, a da homogeneização agroexportadora ou a da diversidade socioproductiva, conseguirá definir a ocupação e o uso de seu território.

Considerações finais

Este artigo buscou caracterizar a agricultura familiar camponesa no estado de Mato Grosso, indo além da representação hegemônica que associa a produção agrícola estadual exclusivamente ao agronegócio de larga escala. Os resultados obtidos permitem concluir que a agricultura familiar camponesa constitui um segmento vital e estruturante para o estado, caracterizado por uma notável diversidade sociocultural, que engloba pequenos e médios proprietários, assentados da reforma agrária, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

A análise demonstrou que, embora esses estabelecimentos representem 69% do total de imóveis rurais, eles ocupam apenas 9,43% da área total, um dado que evidencia a extrema concentração fundiária e a disparidade no acesso a recursos territoriais. Apesar dessa limitação, este segmento é estrategicamente relevante: é responsável por uma parcela significativa da pro-



Retratos de Assentamentos

dução de alimentos para o mercado interno, notadamente hortaliças, frutas, mandioca e lácteos, e responde por 51% da mão de obra ocupada no setor agropecuário estadual, desempenhando um papel crucial na geração de emprego e renda no campo.

Contudo, a relevância socioeconômica e cultural da agricultura familiar camponesa convive com vulnerabilidades estruturais profundas. A análise identificou que o acesso a políticas públicas fundamentais, como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e crédito (PRONAF), é drasticamente insuficiente, afetando a capacidade produtiva e a sustentabilidade dos estabelecimentos. Estas fragilidades são agravadas pela pressão expansionista do agronegócio, que gera conflitos fundiários e ambientais, e pelas mudanças climáticas, que impactam desproporcionalmente os sistemas produtivos de menor escala.

Em síntese, a superação dos desafios enfrentados pela agricultura familiar camponesa em Mato Grosso exige um duplo movimento. Por um lado, é fundamental o fortalecimento da organização social por meio de associações, cooperativas e fóruns, capaz de ampliar a resistência e a representatividade política desses grupos. Por outro, é premente a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas que, reconhecendo a heterogeneidade deste público, garantam acesso à terra, assistência técnica qualificada, crédito adaptado e a proteção dos territórios tradicionais. A viabilidade futura da agricultura familiar camponesa no estado depende, portanto, do reconhecimento de sua multifuncionalidade e da sua integração em estratégias de desenvolvimento rural que harmonizem produção, justiça social e conservação ambiental.

Referências

- ABREU, Charleana de; OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de; ROBOREDO, Delmonte. A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista de Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, v. 19, n. 2, 2021.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2007.
- ARAÚJO, J. A.; ALENCAR, M. O.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes**, v. 25, p. 2009-2034. 2020. Doi: 10.17058/redes.v25i0.14470
- ARRUDA, S. B. S.; ANDRADE, L. N. P. S.; SOUZA, C. L.; CRUZ, J. S.; LEANDRO, G. R. S. Características socioeconômicas dos ribeirinhos no rio Paraguai, município de Cáceres, Pantanal Mato-grossense - Brasil. **Geografia em Questão**, 7(2), 162-177. 2014.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.
- BELTZ, Leilacir. **Roças indígenas no Estado de Mato Grosso: educação ambiental e sustentabilidade entre os estudantes da Faculdade Indígena Intercultural**. 2012. Dissertação



Retratos de Assentamentos

(Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico):** base de dados de dezembro de 2017. Brasília, DF: MDS, 2017. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 28 jul. 2026.

BUSCHBACHER, Robert. et al. A construção de um programa interdisciplinar de pesquisa e extensão sobre agricultura familiar: integrando os conceitos de resiliência e sistemas socioecológicos. 10-32. In: OLIVAL, Alexandre Azevedo et al. **Na trilha das mudanças:** ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2021, 288p.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. 1999.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, set. 2012.

CAMPOS, I.; RODRIGUES, M.; SILVA, D. C. C. (2014). A distribuição do crédito rural no estado de Mato Grosso no período de 2004 a 2012. **Papers do NAEA**. [Doi: 10.18542/papersnaea.v23i1.11243](https://doi.org/10.18542/papersnaea.v23i1.11243)



Retratos de Assentamentos

- CARDOSO, L. S.; PEDRI, E. C. M.; YAMASHITA, O. M. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa**, 6(2), 124–133, 2018. Doi: [10.31413/nativa.v6i2.4523](https://doi.org/10.31413/nativa.v6i2.4523)
- CASTRO, C. N. **Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe** (Texto para Discussão nº 2905). Brasília, DF: Ipea, 2023. Doi: [10.38116/td2905-port](https://doi.org/10.38116/td2905-port)
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI/MT. **Dossiê índios em Mato Grosso**. Cuiabá, 1987. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aopan-cimi-1987indios/Opan_CimiMT_1987_DossiIndiosEmMatoGrosso.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2023.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (CEE/MT). Resolução Normativa nº 003/2013. 2013. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-MT_cee-mt_00313.pdf
- COSTA, M. A.; SILVA, L. P. Mudanças climáticas e patrimônio cultural de povos indígenas e comunidades tradicionais no Pantanal. **Patrimônio e Memória**, 17(2), 103–123. 2021.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DRUMMOND, J. A. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas**. Estudos Sociedade e Agricultura, 6, 115–137, 1996.
- DUARTE, G. S. D.; PASA, M. C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso, Brasil. **Interações**, 17(2), 247–256. 2016. Doi: [10.20435/1984042X2016208](https://doi.org/10.20435/1984042X2016208)
- EGGER, D.; AGUIAR, D.; WICHINIESKI, I.; ROCHA, L. A.; RIGOTTO, R.; IKEDA-CASTRILLON, S.; SANTOS, V. P.; YNAË. Pescadores artesanais, vazanteiros, retireiros e pantaneiros. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/pescadores-artesanais-vazanteiros-retireiros-e-pantaneiros/>
- EMBRAPA Agrossilvipastoril. **Contextualização da agricultura familiar em Mato Grosso. Sinop, MT**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1354377/2109296/Documento+base+contextualiza%C3%87%C3%83O.pdf>
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FETAGRI-MT). **Quem somos**. Cuiabá, 2026. Disponível em: <https://fetagrmt.org.br/pagina/3/quem-somos/>. Acesso em: 28 jul. 2026.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO - FEMA/MT. **Unidades de Conservação do Mato Grosso**. Governo do Estado. 2002. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1141>
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNÁNDEZ, A. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. (Tese de doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

Retratos de Assentamentos

- FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Sociologia Rural**, 41(9), 2011. [Doi: 10.1590/S0103-84782011005000124](https://doi.org/10.1590/S0103-84782011005000124)
- FULLER, Anthony M.; XU, Shuang; SUTHERLAND, Lee-Ann; ESCHER, Fabian. Land to the tiller: the sustainability of family farms. **Sustainability**, v. 13, n. 20, p. 11452, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su132011452>.
- FUNDAÇÃO PALMARES. **Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos** (CRQs). 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-mt-22082022.pdf>
- GARNER, E.; O CAMPOS, A. P. de la. **Identifying the “family farm”**: an informal discussion of the concepts and definitions (ESA Working Paper No. 14-10). Roma: FAO, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRARDI, E. P. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. **Confin**, 27, 2016. [Doi: 10.4000/confin.10898](https://doi.org/10.4000/confin.10898)
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 59–67, out. 1990.
- GLOBO RURAL. **Índios Pareci plantam soja em Mato Grosso**. 2019. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2019/01/indigenas-reivindicam-direito-de-plantar-graos-em-mato-grosso.html>
- GOMES, M. A. CRAS e intervenção psicopolítica: Os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Psicologia Política**, 20(47), 87–101, 2020.
- GRAEUB, B. E. et al. The state of family farms in the world. **World Development**. 2015. [Doi: 10.1016/j.worlddev.2015.05.012](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012)
- HERRERO, Mario et al. Farming and the geography of nutrient production for human use: a transdisciplinary analysis. **The Lancet Planetary Health**, v. 1, n. 1, p. e33–e42, 2017.
- IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA. **Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente** - Amapá e Norte do Pará, n. 16, 2016. Disponível em: https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim_externo_numero_16-2016.pdf.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Incra nos Estados - **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil. Lista de organizações indígenas. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas
- INTERMAT. Portal de Dados Cartográficos. **Intergeo**. 2024. Disponível em:

Retratos de Assentamentos

<https://intergeo.intermat.mt.gov.br/portal/apps/sites/#/portal-de-dados-cartograficos>.

Acesso em: 11 de setembro de 2024.

LIMA, C. R. Z.; NUNES, E. L.; MATEUS, G. M.; ALMEIDA, G. O. S.; TEIXEIRA, H. S.; CARVALHO, L. M.; SOUZA, L. S.; OLIVEIRA, L. A.; SANTOS, L. A.; OLIVEIRA, M. C.; SILVA, M. S. **Plano de Povos Indígenas** (versão preliminar). Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC). 2022. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/>

LITTLE, Paul E. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

LOWDER, S. K.; SÁNCHEZ, M. V.; BERTINI, R. Which farms feed the world and has farmland become more concentrated? **World Development**, v. 142, p. 105455, 2021.

LOWDER, S.K., SKOET, J. AND SINGH, S. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. **ESA Working Paper**. 14-02. Rome, FAO. 2014.

MACIEL, M. R. A. **Raiz, planta e cultura: as roças indígenas nos hábitos alimentares do povo Paresi, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil** (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônômicas. 2010.

MEDINA, G.; ALMEIDA, C.; NOVAES, E.; GODAR, J.; POKORNY, B. Development conditions for family farming: Lessons from Brazil. **World Development**, 74, 386-396, 2015. Doi: 10.1016/j.worlddev.2015.05.023

MEDINA, Gabriel; ALMEIDA, Camila; NOVAES, Edson; GODAR, Javier; POKORNY, Benno. Development conditions for family farming: lessons from Brazil. **World Development**, v. 74, p. 386-396, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.023>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA. **Informe epidemiológico: doença por coronavírus (covid-19) em populações indígenas**, Semana Epidemiológica (SE) 11 de 2023 (12/03/2023 a 18/03/2023). 2023.

MITRAUD, Sylvia; RAMOS, Joanna F.; GOMES, Jarlene; GUYOT, Carolina S. D.; CASTRO, Isabel. **Diagnóstico de povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso**: subsídio para processo de inclusão participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM. Cuiabá: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, 2021. Disponível em:

[https://rem.sema.mt.gov.br/wp-](https://rem.sema.mt.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/DIAGNOSTICODEPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISEMMATOGROSSO.pdf)

[content/uploads/2024/06/DIAGNOSTICODEPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISEMMATOGROSSO.pdf](https://rem.sema.mt.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/DIAGNOSTICODEPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISEMMATOGROSSO.pdf) Acesso em: 28 jul. 2026.

MORAES, M. D.; SANT'ANA, A. L. Características dos profissionais e do trabalho extensionista na Empaer-MT frente aos desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural. **Emancipação**, 22, 1-23, e2220487. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - **MST. MST quer assentamento imediato de famílias acampadas há mais de uma década em todo o país**. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/09/17/mst-quer-assentamento-imediato-de-familias-acampadas-ha-mais-de-uma-decada-em-todo-o-pais/> Acesso em: 28 jul. 2026



Retratos de Assentamentos

OLER, Juliana Ribeiro Lima; AMOROZO, Maria Christina de Mello. Etnobotânica e conservação on farm de mandioca (*Manihot esculenta* C.) na agricultura de pequena escala no estado de Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 137-153, 2017.

OLIVEIRA, I. L.; ASSUNÇÃO, H. H. T. DE; BARBOSA, R. C.; STURZA, J. A. I. A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: Caso do Assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis - MT. In **Anais do 21º Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, J. A. F.; GUIMARÃES, V. T. **O reconhecimento dos povos de terreiro enquanto comunidades tradicionais no Brasil**: Limitações das categorias jurídicas frente às dinâmicas epistemológicas do ser e do não ser. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente - PUC-Rio, 2020.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades. In: Campelo, T.; Bortoletto, A. P. (Orgs.). **Da fome a fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante. 2022.

PAFUNDA, R. A. **As novas ruralidades no debate paradigmático**: estudo de caso sobre os neorrurais de Juquitiba, São Paulo (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". 2016.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio Kessler; CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-104.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. pp. 17-32. In: Petersen, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009.

RAMBO, J. R.; MORAES, M. D.; LAFORGA, G.; FRANÇA, R. N. C.; SANT'ANA, A. L. Política de ATER e os agricultores familiares beneficiários do PAA no estado de Mato Grosso: fatos e evidências em assentamentos de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, 21(1), 251-264. 2018.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, 14(1). 2016. Doi:10.5327/rcaa.v14i1.1415.

REM/MT. **Conheça 8 povos tradicionais que vivem em Mato Grosso**. 2023. Disponível em: <https://remmt.com.br/novo2022/index.php/pt/atuacao-2/afpct-2/20-posicao-3/368-conheca-8-povos-tradicionais-que-vivem-em-mato-grosso>

REPÓRTER BRASIL. **Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**. 2010. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf

RIBEIRO, R. V.; IBIESKI, I. G. C.; BALOGUN, S. O.; MARTINS, D. T. O. Ethnobotanical study of medicinal plants used by Ribeirinhos in the North Araguaia microregion, Mato Grosso, Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, 205, 69-102, 2017. Doi: 10.1016/j.jep.2017.04.023

ROCHA, F. **Agricultura do povo Kayabi do baixo Teles Pires**: cultivo e coleta de plantas alimentícias (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado de Mato Grosso. 2018.



Retratos de Assentamentos

- ROCHA, L. **Modernização e diferenciação social: o caso do Programa de assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD/DF)** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1992.
- ROCHA, M. C.; FAVILLA, K. C. Doze anos de inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no cenário político do Estado brasileiro e na garantia de direitos individuais e coletivos. In E. Cerqueira, L. F. M. de Souza, P. Melo, Q. C. dos Santos; T. L. Pires (Orgs.). **Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2015.
- ROSA, J. C. A luta pela permanência na terra dos retireiros do Araguaia: um caso empírico contrariando as "Sete Teses Sobre O Mundo Rural Brasileiro". In **XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: História e democracia**. 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502149997_ARQUIVO_Textocomplet_oANPUH.pdf. Acesso em: 7 de março de 2023.
- ROSA, R. D.; PERIN, C. L.; ROSA, R. D. Colonizador e colonos: na fronteira da terra o limite dos sonhos de um futuro promissor. **Revista do Programa de Ciências Agroambientais**, 2(1), 71-82. 2003.
- SALES, L. T. **Território Retireiro em disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso**. (Dissertação de mestrado) Universidade de Brasília. 2018.
- SCHINATTO, A. G. S.; CARRARA, A. F. Acesso ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): um estudo para o assentamento Primavera, Rondonópolis - MT. **Revista Raizes**, 41(2), 422-446. 2021. [Doi: 10.37370/raizes.2021.v41.702](https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.702)
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, M. D. E. A luta dos retireiros do Araguaia – MT. In Sato, I. M., Werner; R. Rossi (Eds.). **Relatório de Direitos Humanos e da Terra**. Cuiabá: FDHT / Centro Burnier Fé e Justiça. 2013.
- SILVA, R.; SATO, M. **Mapa social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil**. Cuiabá, MT: UFMT, 2010.
- SILVA, T. P.; ALMEIDA, R. A.; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 15(8), 62-82. 2012.
- SINTERP. **A importância da agricultura familiar na economia de Mato Grosso**. 2020. Disponível em: <https://mt.org.br/a-importancia-da-agricultura-familiar-na-economia-de-mato-grosso/>
- SOUZA, E. O.; ZUQUIM, M. L. **As lutas pela terra, trabalho e cultura no Quilombo do Mutuca** – Mato Grosso, Brasil. *Ciudades*, 24, 167-189. 2021. <https://doi.org/10.24197/ciudades.24.2021.167-189>



Retratos de Assentamentos

- SOUZA, G. C.; AMARAL, C. N. Política territorial e os agricultores tradicionais do território da baixada cuiabana, Mato Grosso. **Guaju**, 1(1), 64-89. 2015.
- SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura** (11a ed.). Petrópolis: Vozes, 1991.
- SPAMER, H. **Monumento Natural dos Pontões Capixabas**: identidade pomerana na luta por direitos e territórios. (Dissertação de mestrado). Universidade Nacional de Brasília, 2017.
- SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO MATO GROSSO (SR/MT). **Relação dos beneficiários**. Cuiabá: INCRA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/SR13MT.pdf/@@display-file/file>. Acesso em: 28 jul. 2026.
- TANURE, Thaís M. P.; DOMINGUES, Edson P.; MAGALHÃES, Aline S. Regional impacts of climate change on agricultural productivity: evidence on large-scale and family farming in Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 1, e262515, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262515>.
- THUM, C. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, 162-179. 2017. Doi: 10.14295/remea.v0i0.6899
- VIEIRA, S. N.; AZEVEDO, R. A. B.; COELHO, M. F. B.; OLIVEIRA, R. C. A "chacra" e a diversidade vegetal na Morraria em Mato Grosso. **Interações**, 17(3), 398-409. 2016. Doi: 10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3(04)
- WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, 52, S025-S044. 2015. Doi: 10.1590/S0103-20032014000600002
- WEIHS, Marla Leci. Do boi à soja: agrotóxicos e riscos à saúde na Amazônia mato-grossense. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 2, p. 135-159, 2020.

